

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram convocadas pela Secretaria Geral da Mesa (SGM), e iniciadas no dia 22/06, dez sessões consecutivas para cumprir o regimento sobre a contagem de prazo para a PEC da Enfermagem e para a PEC dos biocombustíveis. Por isso, haverá sessões remotas na segunda-feira e na sexta-feira, além das presenciais entre terça-feira e quinta-feira. Conforme a SGM, se houver quórum de votação (257 no painel) nas sessões remotas, poderá haver deliberações. Entre as matérias previstas para serem apreciadas em plenário consta a seguinte:

- Requerimento 963/2022, dos Srs. Líderes, que requer regime de urgência para apreciação do PL 2942/2019, do Senado Federal, que altera a Lei 6938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), para *estabelecer que informações obtidas em estudos de impacto ambiental anteriores poderão ser aproveitadas* no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região.

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Está na pauta da reunião de amanhã (29/06) o Requerimento 32/2022 - do dep. João Daniel (PT-SE) - que requer a realização de uma *Visita Técnica da Comissão à Ilha do Marajó* para obter informações precisas sobre o Programa Abraço o Marajó, lançado pelo Governo Federal em março de 2020, sob a gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos com o objetivo de melhorar o IDH dos municípios da região e que não tem mostrado os resultados esperados. A demanda foi apresentada por representantes da REPAM-Brasil em reunião no mês de maio.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- Está na pauta da reunião do dia 29/06, o PL 7182/2014 - do Sr. Carlos Bezerra - que altera a Lei 9985/2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, no que diz respeito à *proteção dos sítios espeleológicos do território nacional*. O relator, dep. Célio Studart (PSD-CE), apresentou parecer pela aprovação. O PL propõe que as cavidades naturais subterrâneas constituam patrimônio nacional, cabendo à União identificar e delimitar os sítios espeleológicos existentes no território nacional, para sua transformação em Áreas de Proteção Ambiental (APAs). A alteração poderá colocar em riscos cavernas e sítios uma vez que nas áreas de proteção podem ser desenvolvidas atividades definidas nos planos de manejo das APAs.

- Na mesma pauta, figura o PL 143/2021 - do dep. Eduardo Costa (PSD-PA) - que "cria um *certificado de sustentabilidade para produtos da biodiversidade da Amazônia* protegidos por indicação geográfica." O relator, dep. Átila Lira (PP-PI), apresentou parecer pela aprovação.

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Está na pauta da Comissão o PL 733/2022 - do Poder Executivo - que altera o Decreto-Lei 2848/1940, e o Decreto-Lei 3689/1941, para "garantir maior amparo jurídico aos integrantes dos órgãos de segurança pública". O relator, dep. Daniel Silveira (PTB-RJ), apresentou parecer pela aprovação e incluiu os militares das Forças Armadas empregados em ações subsidiárias e de garantia da lei e da ordem entre os agentes de segurança pública que podem ficar isentos de punição se matarem alguém durante uma operação. A partir dela, novas situações vão ser consideradas — além das já previstas no CP (Código Penal) e no CCP (Código de Processo Penal) — para, na prática, evitar punição ao policial ou ao militar.

SENADO FEDERAL

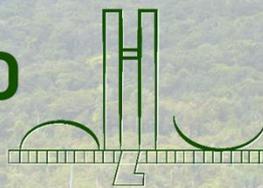
COMISSÕES DO SENADO

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

- Foram realizadas audiências públicas nos dias 22 e 23/06 na Comissão para discutir o PL 1459/2022, conhecido como *Pacote do Veneno*. Ficou evidente que o empenho da bancada ruralista e de seus financiadores é garantir em lei o desmonte que instituíram durante o atual governo por meio de medidas infralegais, e assim, manter a fila de registros na celeridade que se encontra. No final da audiência do dia 23/06, o Presidente da Comissão e relator da matéria, sen. Acir Gurgacz (PDT-RO), anunciou que estava retirando o seu relatório para nova análise e aprovou o requerimento de mais uma audiência pública a ser realizada no dia 30/06. Anunciou também que após a audiência irá apresentar o novo relatório. As entidades da sociedade civil estão cobrando o compromisso do Presidente do Senado para que o PL tramite nas outras comissões e que não seja levado diretamente ao plenário após a análise da comissão de agricultura.

- Com o afastamento do sen. Carlos Fávaro (PSD-MT) por 121 dias, sua suplente, a sen. Margareth Buzett (PP-MT) assumiu também a *relatoria do PL 510/2021 (PL da grilagem)*.

- Numa audiência na Comissão, ocorrida na quarta (22/06), organizações da sociedade civil e movimentos sociais que integram o Observatório da Economia da Sociobiodiversidade (ÓSócioBio) denunciaram os impactos negativos para povos e comunidades tradicionais do desmonte ambiental do governo de Jair Bolsonaro e



criticaram a falta de políticas públicas para ampliar a produção econômica dessas populações. Integrado pelo Instituto Socioambiental (Isa), o ÓsocioBio também apresentou uma lista de recomendações para o próximo presidente eleito a fim de estimular a economia da socio biodiversidade.

OUTROS INFORMES

Ministério das Comunicações diz que não faltam recursos para o Amazônia Conectada

Representantes do Ministério das Comunicações informaram na quarta-feira (22/06) que não faltam recursos para suprir a falta de conectividade da banda larga na Amazônia. A pasta também vê a oportunidade de instalar wi-fi em 5,6 mil escolas na região. O tema foi debatido na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados. Os deputados pediram esclarecimentos sobre o projeto Amazônia Conectada, que tem o objetivo de levar rede de dados de alta velocidade ao leito do rio Amazonas, atendendo a 60 cidades e 10 milhões de pessoas.

Lira cria grupo de trabalho para propor mudanças no Código de Mineração

O Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) criou novo grupo de trabalho para propor alterações no Código de Mineração. Inicialmente, a ideia era que o grupo debatesse o Projeto de Lei que permite mineração em terras indígenas, mas, após críticas de parlamentares e da sociedade civil, o debate será sobre todo o código. Segundo o ato, publicado no Diário Oficial da Câmara, o grupo terá 90 dias para formular um parecer, com possibilidade de prorrogação. Como o prazo coincide com as campanhas eleitorais e faltam apenas três semanas para o recesso parlamentar, é improvável que seja cumprido. O mais provável é que a apresentação do relatório ocorra após a eleição. Lira definiu o dep. Filipe Barros (PL-PR) como coordenador do grupo, responsável por presidir os trabalhos, e o dep. Joaquim Passarinho (PL-PA), que atua há anos no tema, como relator. Os dois são do partido de Jair Bolsonaro. Além deles, Lira escolheu 13 outros deputados para compor o grupo, quase todos da base aliada do presidente. Composição do GT: Greyce Elias (Avante-MG); Zé Silva (Solidariedade-MG); Airton Faleiro (PT-PA); Odair Cunha (PT-MG); Caroline de Toni (PL-SC); João Roma (PL-BA); Neucimar Fraga (PP-ES); Evair Vieira de Melo (PP-ES); Felipe Rigoni (União-ES); Coronel Chrisóstomo (PL-RO); Paulo Ganime (Novo-SP); Vermelho (PL-PR); Pinheirinho (PP-MG). O GT deve ser instalado nos próximos dias com a apresentação do plano de trabalho.

Vetado projeto que permitiria ensino rural dividido entre teoria e prática

O presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou integralmente o projeto de lei 184/2017, que permitiria aos estudantes da zona rural dividir seus meses de ensino entre aulas teóricas em sala de aula e atividades práticas no campo. De acordo com as justificativas para o veto, publicado no Diário Oficial da União em 23/06, a matéria seria inconstitucional e contraria o interesse público por considerar essa opção apenas para as “escolas de campo”. O projeto, aprovado no Senado no final de maio e relatado pelo ex-senador Pedro Chaves (MS), inclui essa metodologia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A chamada *pedagogia da alternância* prevê que, durante duas semanas do mês, os jovens aprendam na escola conhecimentos gerais e técnicos voltados para a realidade agrícola. Na quinzena seguinte, os estudantes teriam a oportunidade de aplicar esses conhecimentos no campo, geralmente em propriedades familiares ou nos arredores da escola.

Indígenas promovem ato em Brasília em favor da demarcação de terras

Ato aconteceu na quinta-feira (23/06), e contou com coletiva de imprensa e pronunciamento de diversos povos indígenas que se reuniram, para reivindicar a demarcação de terras. O ato aconteceu na Praça dos Três Poderes e contou com os povos Terena, Kaingang, Tuxá, Xokleng, Tupinambá, Karapó, Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá, Takaywrá, Cinta Larga, Karipuna, Tukano, Macuxi, Wapichana, Taurepang, Mura e Marubo.

Plataforma Política do Campo Popular da Pesca Artesanal para as Eleições 2022

O Campo Popular da Pesca Artesanal apresentou uma Plataforma Política para as Eleições 2022 que reúne 13 pontos apresentando demandas históricas dos pescadores e pescadoras artesanais. O documento é fruto da permanente luta e mobilização da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM), Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).